



Universidade: presente!

UFRGS
PROPESQ



XXXI SIC

21. 25. OUTUBRO • CAMPUS DO VALE

DA DISCIPLINA E DA JUVENTUDE PRIVADA DE LIBERDADE: FORMAS DE CONTROLE ENTRE LAUDOS TÉCNICOS E TRIBUNAIS

Autora: Jordana Cabral Silveira (Faculdade de Direito - Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Orientadora: Prof.^a Ana Paula Motta Costa (Faculdade de Direito - Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

INTRODUÇÃO

A pesquisa analisa os casos assessorados juridicamente pelo G11 – Assessoria para Adolescentes em Situação de Conflito com a Lei do Serviço de Assessoria Jurídica Universitária da UFRGS, a fim de compreender quais são as sentenças judiciais e suas respectivas avaliações de medida socioeducativa conforme cada ato infracional, bem como o seu tempo de cumprimento.

PROBLEMA

O trabalho visa investigar a existência de possível correlação pré-estabelecida entre ato infracional e medida/período de cumprimento, de modo que princípios do ECA como brevidade, excepcionalidade e aposta em regimes de meio aberto estejam sendo desconsiderados em prol de um entendimento prévio acerca do tempo em que os adolescentes devem permanecer internados conforme o ato, ou seja, assemelhando as medidas à penas de imputáveis, sem cumprir com seus objetivos socioeducativos.

METODOLOGIA

Os procedimentos para a realização da pesquisa dividiram-se entre: a) levantamento bibliográfico sobre o tema, b) levantamento dos artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente referentes à pesquisa e, por fim, c) coleta de dados nos registros do G11 SAJU UFRGS para catalogação e sistematização. Sendo o G11 SAJU UFRGS um projeto de extensão universitária, há transição entre os membros do grupo. Dessa forma, os casos analisados foram aqueles atendidos pelos advogados atuantes no grupo, tendo em vista que as eventuais dúvidas que pudessem surgir, decorrentes de informações incompletas no registro, por exemplo, pudessem ser sanadas. A pesquisa desenvolveu-se da análise dos dados coletados, buscando uma aproximação do problema proposto dentro das perspectivas do referencial teórico selecionado.

DESENVOLVIMENTO

Dentre os 14 casos selecionados, foram investigados 7 atos infracionais, 4 deles análogos ao crime de homicídio, 4 ao crime de roubo, 3 ao crime de tráfico e 1 para cada dos seguintes: ameaça, receptação, quadrilha e latrocínio. Em todos os casos de roubo, inicialmente, houve internação sem possibilidade de atividade externa (ISPAE), com progressão para internação com possibilidade de atividade externa (ICPAE) em três casos. Acerca da concessão de progressão, variou de 2 a 3 meses, exceto na ocasião em que cumpriu-se 7 meses em ISPAE. Em uma das ocorrências em que houve a progressão após 3 meses, o adolescente cumpriu outros 11 meses em ICPAE até a extinção da MSE, tendo este cumprido 1 ano e 2 meses de internação. No segundo caso com progressão após 3 meses em ISPAE cumpriu-se 5 meses medida em ICPAE, e 8 meses totais de MSE até o momento da pesquisa. A medida de internação em que houve a progressão para ICPAE após 2 meses em ISPAE cumpriu-se um total de 11 meses, tendo passado 9 meses em ICPAE. Quanto aos laudos técnicos feitos pelas equipes da FASE, também demonstra-se concordância dos pareceres com as sentenças: no caso em que não houve progressão até a elaboração do registro, a equipe técnica se manifestou pela não progressão e mantimento da medida ISPAE, e nos casos de progressão para ICPAE a equipe opinou pela ICPAE, que foi atendida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa pretende acompanhar continuamente os casos do G11 de forma a extrair maiores conclusões. Até o presente momento, a pesquisa estabelece um marco para o desenvolvimento contínuo da análise proposta. Dessa forma, abre-se o espaço para tal investigação a longo prazo, tendo reunido até então resultados insuficientes para a refutação ou comprovação da hipótese levantada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COSTA, A. P. M.; SALAS, J. C.. *Substituição e término antecipado da medida privativa de liberdade para adolescentes: padrões de brevidade da sanção no direito comparado e lições para o direito brasileiro*. Cadernos do Programa de Pós-Graduação, Rio Grande do Sul: Direito/UFRGS, vol. 13, 2018.
- SCHUCH, P. *Práticas de Justiça: Antropologia dos modos de governo da infância e juventude no contexto pós-ECA*. Editora UFRGS, 2009.
- GARLAND, D. *A Cultura do Controle*. Editora Revan, 2008.
- OLIVEIRA, S. M. *A moral reformadora e a prisão de mentalidades: adolescentes sob o discurso penalizador*. São Paulo em Perspectiva, p. 77.
- BATISTA, V. M. *Difíceis Gambois Fáceis*. Editora Revan, 2003.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Paz e Terra, 2017.
- FOUCAULT, M. *As verdades e as formas jurídicas*. Editora Nau, 2005.